

ouro, alumínio, ferro-ligas, celulose, soja, madeiras, açúcar, castanha do Pará, cacau, peixes, laranja, ovos, café, lagosta, camarão, carne, mel, açaí e etc.³. Desta forma, o Pará é destaque no comércio nacional e internacional, devido a sua riqueza energética de minerais e pelo seu potencial agropecuarista. Assim, tem sido considerado como fronteira econômica dinâmica da Amazônia Legal.

Além da prosperidade econômica atribuída por esses setores ao estado do Pará, este também é rico em sociobiodiversidade, mas devido aos grandes mercados paraenses, as sociedades tradicionais do estado e o meio ambiente ficam muito suscetíveis ao contexto econômico e político destes mercados estratégicos. Logo, o crescimento atual da economia estadual traz externalidades, que se refletem no desmatamento e na poluição dos recursos ambientais e hídricos, e afetam diretamente as populações locais. Uma vez que o Pará abriga 9% das florestas tropicais do mundo, com cobertura florestal remanescente de 86 milhões de hectares (PRODES), representando cerca de 70% do seu território, o crescimento dos seus mercados estratégicos acaba impactando negativamente no desmatamento da Amazônia, sendo responsável por 45% desse desmatamento no Brasil, conforme demonstrado na figura 1.

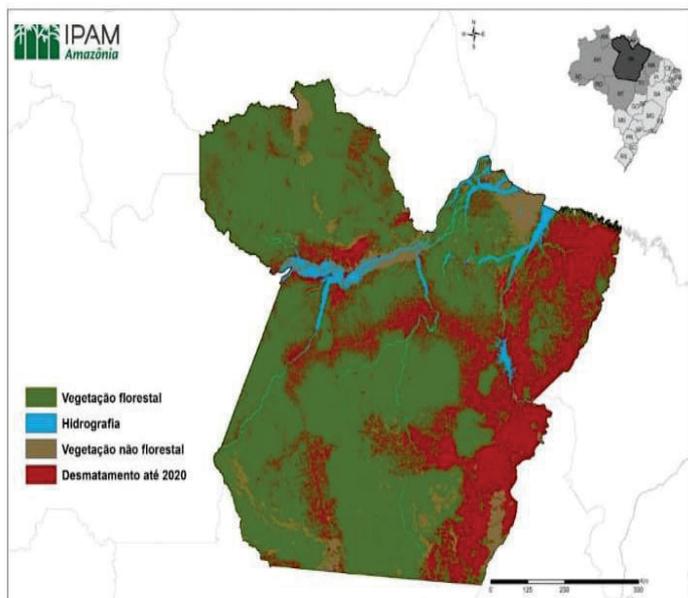


Figura 1: Cobertura vegetal e área historicamente desmatada no Estado do Pará. Fonte: PRODES, 2020. Mapa elaborado pelo IPAM.

As águas utilizadas no Pará são provenientes das bacias hidrográficas Amazônica, Tocantins/Araguaia e do Atlântico Oriental, reunindo as bacias dos rios que desaguam diretamente no oceano Atlântico. Também é utilizada para consumo no estado a carga de água subterrânea dos aquíferos Alterdo-chão e Pirabas. O rio Xingu abriga a segunda maior usina do mundo, Belo Monte e possui índices de metais pesados provenientes da cadeia de extração mineral e é alvo de projetos hidrelétricos de grande porte. Os recursos hídricos paraense sofrem intensa pressão antrópica predominantemente pela atividade da agropecuária, de mineradoras e por projetos de aproveitamento energético, principalmente a Usina de Tucuruí. Com o crescimento econômico nacional e paraense os recursos hídricos do estado ficam ainda mais suscetíveis a sofrerem novos impactos pela transposição do rio Tocantins e pelo aumento da atividade do desmatamento, com a degradação das matas ciliares e o acúmulo de substâncias tóxicas. Outro impacto se refere ao transporte de commodities in natura pelos rios. Todas as bacias sofrem com a falta de sistemas de esgotamento sanitário e o aquífero sofre com a expansão urbana desenfreada, com a poluição e a gestão incipiente de resíduos e rejeitos³.

1.1. POPULAÇÃO, IDH, EDUCAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Apesar de ser o 5º maior exportador nacional, o Pará também é o mais populoso da Amazônia, com população estimada em 8,8 milhões de pessoas (IBGE, 2021). Historicamente, a riqueza produzida pelo estado não tem sido repassada de forma equitativa a sua população, que possui Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,646 (PNUD, 2010), ocupando o ranking de 24º estado em termos de IDH do Brasil e com 44% da população abaixo da linha da pobreza. Estima-se que rendimento mensal domiciliar per capita do paraense esteja em torno de 883 reais (IBGE, 2010). Investir em educação é fundamental para a mudança deste quadro de desigualdade social, a fim de garantir o aumento da renda domiciliar das famílias paraenses. Neste sentido, desde o início de 2019 setenta e seis (76) escolas foram reformadas, climatizadas e entregues a sociedade paraense⁴. Essas iniciativas poderão ter impacto significativo na economia futura do estado. Também é importante ampliar a formação superior, nesse sentido no âmbito do Plano diretor da cidade foi decidida a formação de um grande Polo de Conhecimento para a Região Metropolitana de Belém, iniciando pela implantação de um campus da Universidade do Estado do Pará (UEPA) no município de Ananindeua.

Levar as estruturas educacionais para o interior do Estado é um outro desafio, uma vez que grande parte da população paraense reside na floresta

e se organizam como comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e ribeirinhas, necessitando de um sistema educacional diferenciado que valorize as habilidades do povo da floresta e ofertando logística adequada a integração do interior aos centros urbanos do Pará, o que dinamizará a troca de conhecimento, e auxiliará na distribuição dos produtos da bioeconomia local.

É importante destacar que a infraestrutura de transporte da Amazônia Legal é recente, surgiu cerca de 60 anos atrás, em 1953, no governo de Juscelino Kubitschek, com as construções das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre. Estas construções alteraram a dinâmica regional para sempre, antes predominava o modal fluvial, mas a partir da década de 1960, foram criadas as bases físicas e institucionais para a viabilização de empreendimentos econômicos na região, induzidos por políticas públicas direcionadas ao estímulo e financiamento de projetos agropecuários, agroindustriais, madeireiros e de infraestrutura.

Atualmente, a infraestrutura de produção necessita levar em conta o desenvolvimento de uma logística adequada de transporte de insumos naturais oriundos das associações, cooperativas e entidades locais. A capacidade hídrica e energética precisa ser otimizada para esta produção no interior da floresta. Outro ponto relevante são as estruturas de escoamento da produção de insumos da floresta, que precisam ser climatizadas e de alto padrão fitossanitário, a fim de assegurar a qualidade, sem contaminação nem perda destes insumos até os seus destinos finais, por meio de rodovias, aeroportos, ferrovias e portos. Aumentando a capacidade de transporte das matérias-primas da biodiversidade, produzidas e beneficiadas no interior do estado para a capital ou outros estados e países, o produtor do campo diminuirá o número de intermediários necessários para o transporte, o que poderá aumentar o rendimento do trabalhador florestal. Por esta razão, é necessário um planejamento estratégico e político para reestruturar e profissionalizar o modal logístico estadual, a fim de valorizar o trabalho dos agricultores e extrativistas da floresta, especialmente os pequenos produtores familiares, que residem no interior.

1.2. MEIO AMBIENTE, CLIMA, COBERTURA FLORESTAL E DESMATAMENTO O Brasil é ator-chave na agenda global de clima e biodiversidade, e nesse contexto, a Amazônia é a senha de entrada em qualquer diálogo geopolítico. O fim do desmatamento ilegal e a garantia dos direitos das populações tradicionais e indígenas e a valorização das mesmas são condicionantes para o realinhamento da credibilidade brasileira no mundo contemporâneo. Além do combate ao crime ambiental na Amazônia, esse realinhamento significa lidar com as mudanças necessárias para promover os avanços nas economias de baixo carbono⁵.

O estado do Pará tem no seu interior a predominância do clima equatorial quente e úmido e abriga uma exuberante floresta tropical úmida. A conservação dos estoques naturais da biodiversidade, no estado do Pará é resguardada por diversas áreas protegidas, que representam 58% do território, compreendendo 72.288.206 hectares, quando somadas as Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, Terras Indígenas e Territórios Coletivos (quilombolas). Ao todo são 83 Unidades de Conservação, sendo 19 estaduais, abrangendo 16,94% da área total do estado (Figura 2). Nos últimos dois anos, a média do desmatamento aumentou 50% em relação à encontrada nos oito anos anteriores (Gráfico 1).

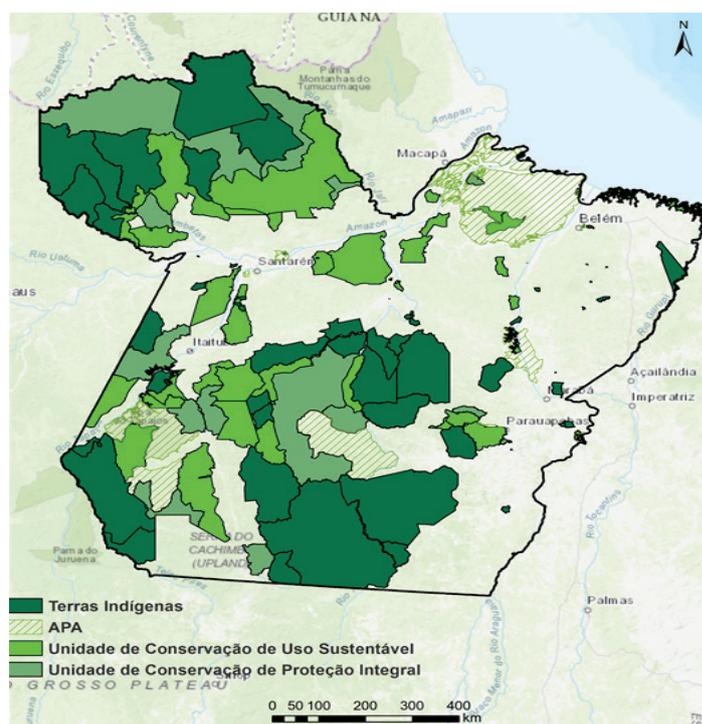


Figura 2: Áreas Protegidas no Estado do Pará. Fonte: MMA, 2018; FUNAI, 2019; IBGE, 2020. Mapa elaborado pelo IPAM. Fonte: PRODES, 2020. Mapa elaborado pelo IPAM.

3 <http://www.fapespa.pa.gov.br/produto/relatorios/251?mes=&ano=2019>

4 <https://agenciapara.com.br/noticia/31813>

5 <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/geopolitica-da-sustentabilidade-e-as-negociacoes-brasil-eua.ghtml>